PROBLEMATIZANDO GÊNERO E SEXUALIDADE EM SALA DE AULA: reflexões teóricas a partir de uma experiência de estágio

Camila dos Passos Araujo Capparelli (UEG/POSLLI) ¹

Resumo: Este texto discute os desdobramentos de uma experiência de estágio, que, por sua vez, evidenciou como as questões de gênero e de sexualidade podem ser problematizadas em sala de aula por professoras/es de línguas. Para tanto, relaciono a noção de performatividade (AUSTIN, 1976) às questões de gênero e sexualidade (BUTLER, 2017) e aos postulados centrais da Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2001, 2016; MOITA LOPES, 2016a, 2016b) na tentativa de estabelecer um diálogo entre tais teorias. O repertório usado para discussão decorre de uma experiência de estágio supervisionado, na disciplina Estudos Semânticos e Pragmáticos da Língua Portuguesa, ministrada no sexto período do curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual de Goiás (Câmpus Cora Coralina), em que houve a problematização de enunciados performativos que incidem discursivamente sobre os corpos, regulando e normatizando as concepções culturais daquilo que se entende como feminino e masculino. As análises revelam a importância de se introduzir essas discussões no âmbito educacional, mais especificamente no que diz respeito à formação inicial de futuras/os professoras/es de línguas, cujas performances linguísticas, muitas vezes, estão atravessadas por repetições essencialistas sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Formação de Professores. Performatividade. Linguística Aplicada Crítica.

INTRODUÇÃO

Em “Viajantes pós-modernos”, primeiro ensaio contido no livro *Um corpo estranho* (2015), Guacira Louro utiliza a metáfora dos viajantes para tecer considerações iniciais sobre o quadro geral da teoria *queer* no Brasil. A autora recupera o filme de Cacá Diegues, *Deus é brasileiro*, para reiterar o argumento segundo o qual a nossa vida é uma viagem constante, em que não há lugar fixo e determinado, senão a imprevisibilidade inerente à mudança.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina. Graduada em Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas (2017) pela mesma instituição e Câmpus. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Contato: camila.capparelli@hotmail.com.

Penso que a metáfora evocada por Louro seja interessante para iniciar este texto, ajudando a refletir sobre a necessidade de “viajar” sobre horizontes teóricos, na tentativa de estabelecer diálogos entre propostas calcadas em tradições epistemológicas diferentes. A inter/transdisciplinaridade, há algum tempo, vem contribuindo na formação de professores de línguas, buscando elencar teorias diferentes no intuito de instigar a criticidade das/os agentes envolvidos na educação, entendendo que a sala de aula é um ambiente de mudanças, cujos posicionamentos discursivos são heterogêneos, cabendo sempre a problematização de concepções essencialistas que porventura possam causar sofrimento humano.

Nesse sentido, como abordar questões de gênero em aulas de línguas? Neste texto, longe de querer apontar soluções estanques para indagações como essa, busco relacionar teorias que possam subsidiar a desestabilização de concepções essencialistas no ambiente educacional, a respeito de gênero e de sexualidade. Nas duas primeiras sessões, reflito sobre as relações entre a compreensão da língua como performativa e as questões de gênero, bem como sobre o quadro teórico e metodológico da Linguística Aplicada Crítica. Adiante, discuto a relação dessas perspectivas teóricas com a formação de professores de línguas, usando como exemplo as minhas impressões de estagiária² no Curso de Letras, na disciplina de Estudos Semânticos e Pragmáticos da Língua Portuguesa, no segundo semestre de 2018.

O caráter performativo da linguagem e as questões de gênero

Em geral, compreende-se que foi a partir dos postulados saussurianos, vislumbrados na obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, originalmente publicada em 1916, que o estudo da língua, a Linguística, adquiriu o status de disciplina essencialmente científica. Além de postular a existência de um sistema abstrato de regras, que passou a oferecer subsídio teórico para a análise e descrição linguística, Saussure evidenciou o caráter sincrônico da linguagem,

² Em 2018, conforme exigência do PPGS de que faço parte, realizei o estágio docente na graduação em Letras da Universidade Estadual de Goiás. Para tanto, a orientação era a de que fosse escolhida, para o acompanhamento contínuo durante todo o segundo semestre do ano, uma disciplina condizente com os projetos de pesquisa individuais de cada estagiária/o. Após examinar as opções, percebi que, assim como no ano anterior (época em que eu ainda era aluna da graduação), não havia nenhuma disciplina sobre ensino de línguas e a diversidade de gênero e sexualidade. Decidi, então, após o consentimento do professor regente, acompanhar a disciplina intitulada “Estudos Semânticos e Pragmáticos da Língua Portuguesa”, principalmente porque uma noção mais social de linguagem, a partir do dizer/fazer (AUSTIN, 1990), tem suas raízes calcadas na Pragmática.

que, desde então, deixou de ser estudada apenas sob o viés diacrônico-comparativista, preconizado pelos neogramáticos no século XIX.

Por sua vez, Bakhtin (2014), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, critica a natureza estrutural do objetivismo abstrato inerente à tese de Saussure, argumentando que é preciso levar em consideração os sujeitos, bem como as condições de produção do momento da enunciação, e não apenas as formas linguísticas. Além disso, o filósofo russo sinaliza que a interação verbal deve ser tomada como dado fundamental na compreensão da língua, fato que ocasionou a emergência de várias correntes teóricas que, inscritas no panorama macro da Linguística, passaram a analisar, também, a exterioridade da língua. Algumas dessas correntes são: a análise do discurso, a sociolinguística, o funcionalismo e a pragmática, sendo essa última relevante para a discussão pretendida neste texto.

Fecunda no cruzamento entre pesquisas em filosofia e linguística, a Pragmática aborda a linguagem como fenômeno, ao mesmo tempo, discursivo, comunicativo e social (ARMENGAUD, 2006). O contexto é, portanto, um conceito fundamental para essa corrente teórica, visto que a compreensão das enunciações depende significativamente das circunstâncias de uso. A relação dos signos com os intérpretes é, assim, imprescindível para uma análise linguística do ponto de vista pragmático.

Armengaud (2006) mostra que uma incursão cronológica sobre os estudos pragmáticos pode nos levar a conceber essa área a partir de três graus, em que a atenção volta-se, escalonadamente, para os símbolos indexicais, para as implicaturas conversacionais e chega aos atos de fala:

A pragmática do primeiro grau é o estudo dos símbolos indexicais, ou seja, das expressões sistematicamente ambíguas. Expressões cujo sentido é tal que sua referência varia sistematicamente segundo as circunstâncias de seu uso. [...] A pragmática do segundo grau é o estudo da maneira como a proposição expressa se liga à frase pronunciada, lá onde, nos casos relevantes a proposição expressa deve ser distinguida do sentido literal da frase. [...] A pragmática do terceiro grau é a teoria dos atos de fala. Trata-se de saber o que é que se realiza com a utilização de certas formas linguísticas. (ARMENGAUD, 2006, p. 64-65).

Nesse último grau, temos como principal representante o filósofo americano Austin (1976), que diferenciou os enunciados descritivos dos performativos. Na concepção de

Austin, “A cadeira é grande” seria um exemplo de enunciado descritivo, uma vez que descreve a situação de um objeto. Já os enunciados performativos seriam aqueles que, no lugar de descrever, realizam de fato a ação, como no caso de “Eu vos declaro marido e mulher”, cuja enunciação, em si, realiza o ato de legitimar uma união matrimonial.

Searle, desenvolvendo os postulados de Austin acerca da teoria dos atos da fala, conclui que enunciados descritivos funcionam como performativos, na medida em que eles são repetidamente reenunciados. Neste sentido, um exemplo de como a linguagem teria a potencialidade de influenciar as formas de construção da realidade, a partir do dizer/fazer, seria a enunciação “Homem não chora”, que, embora pareça descritiva, de tanto ser proferida, acaba realizando um fato construído: torna impossível que os homens expressem um determinado tipo de sentimento, o choro, em uma concepção marcada pelo machismo.

A filósofa Judith Butler (2017) incorpora a noção austiniana de performatividade aos estudos de gênero a fim de refutar o caráter preestabelecidos das identidades. A partir dessa perspectiva, a identidade de gênero é compreendida como performativa, pois, conforme reiteram Ostermann e Fontana (2010, p. 11), com base em Butler (2017), não se trata de algo “com que se nasce, nem algo que se possui, mas algo que se faz, algo que se desempenha por meio da linguagem”. Butler, portanto, refuta a ideia de que o sexo biológico seja anterior ao gênero, ao passo que nossas identificações, com homens e mulheres, não são advindas de uma essência biológica, mas sim de discursos sobre gênero que são repetidos cotidianamente.

Assim, a linha de estudos da filósofa norte-americana, ao questionar o caráter intransigente das políticas de identidade, assim como reivindicadas pelo movimento feminista de cunho mais essencialista, consolida o que se convencionou chamar de teoria *queer*, cuja proposta consiste em pensar a sexualidade e outras marcações identitárias como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana, e não afetando as pessoas apenas como um assunto de saúde pública (MISKOLCI, 2016).

Linguística Aplicada Crítica: algumas considerações

A Linguística Aplicada (doravante LA) é uma área de estudo relativamente recente no Brasil, cujo foco principal, sobretudo nas décadas de 60 e 70, foi o de oferecer suporte às

questões referentes ao ensino/aprendizagem de línguas, com destaque para a língua inglesa. Essa tendência, embora legítima e ainda em voga no meio acadêmico atual, não foi inteiramente suficiente para lidar com todas as demandas, posto que a LA, desde o início dos anos 1990, tem se deparado com a necessidade de pesquisas que vislumbrem a língua/gem a partir de práticas sociais que atravessam o campo das ciências sociais e das humanidades, numa abordagem construída inter/transdisciplinarmente (MOITA LOPES, 2016a).

De acordo com Freitas e Moita Lopes (2017), a LA tem concebido, há algum tempo, esse tipo de perspectiva, que recebeu diferentes denominações, a saber: Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2016b), Linguística Aplicada Transgressiva (Pennycook, 2016) e Linguística Aplicada Crítica (Pennycook, 2001). Esses autores concordam que a criticidade é a característica essencial desta forma de pensar a LA, desse modo, mobilizamos o termo LAC na intenção de correlacionar o conjunto dessas denominações.

Concordo com Moita Lopes (2016a, p. 22) quando o linguista indica que “politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social é parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA”. Dessa forma, se considerarmos que é no (e pelo) discurso que as mudanças sociais, de fato, ocorrem (FAIRCLOUGH, 2016), o ensino de línguas faz-se um território profícuo para a (re)significação de práticas discursivas que permeiam o “fazer docente”, visando a construção de uma sociedade mais igualitária em que as diferenças, em vez de apagadas, sejam reconhecidas e legitimadas; afinal de contas, a sala de aula é um lugar onde as identidades interagem, podendo ser (trans)formadas.

Para Fabrício (2016, p. 48), as “nossas práticas discursivas não são neutras e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas atravessadas por relações de poder que provocam diferentes efeitos no mundo social”. Por isso é preciso questionar a "matriz do poder colonial" presente nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva dos indivíduos. Afinal, uma das manifestações da colonialidade se dá justamente nas dimensões sexual e de gênero, haja vista que estas privilegiam, respectivamente, os heterossexuais em relação às/aos homossexuais, bem como os homens em relação às mulheres (PESSOA & HOELZLE, 2017).

Algumas considerações sobre a experiência

Como vimos, a abordagem transdisciplinar da LAC é bastante fecunda no auxílio das problematizações concernentes à diversidade em várias esferas sociais. Por sua vez, no que diz respeito especialmente às questões de gênero e sexualidade, a noção de performatividade, oriunda inicialmente dos postulados de Austin e (re)discutida por Butler, contribui na desestabilização de verdades essencialistas sobre as identidades. Ora, se pensadas em conjunto, essas teorias podem ser abordadas com professoras/es em formação inicial, já que essas/es agentes precisam sair da Universidade preparadas/os para lidar com situações de machismo e homofobia, dentre outras coisas.

Nesse sentido, durante minha experiência de estágio na disciplina de Estudos Semânticos e Pragmáticos da Língua Portuguesa, numa turma do sexto período de Letras, no segundo semestre de 2018, participei ativamente, na sala de aula, das discussões de textos que cumpriram a proposta da ementa do curso que, até aquele momento, era a de apresentar as principais noções teóricas e metodológicas dessas duas correntes linguísticas. Após o conteúdo da ementa ter sido integralmente atendido, o professor regente me deixou responsável pela escolha de um texto para o debate da última aula teórica, referente à Pragmática, com vistas a reivindicar o caráter interdisciplinar dos estudos da linguagem.

O texto escolhido foi “É uma menina!: a volta da performatividade à linguística”, de Anna Livia e Kira Hall (2010). Trata-se do capítulo introdutório do livro *Queerly Phrased* (1997), considerado um marco dos estudos linguísticos a partir de uma perspectiva *queer*. A publicação do livro visava “lidar com os desenvolvimentos recentes em teoria *queer* e sua relação inquieta, por vezes antagônica, com a teoria feminista” (LIVIA; HALL, 2010, p. 109). As autoras ressaltam a produtividade da noção de performatividade para o estudo da linguagem, bem como para pensar a construção das identidades sexuais. Além disso, explicam que sexualidade e gênero são categorias distintas, apesar de indissociáveis:

Se a separação entre sexualidade e gênero é um elemento chave da teoria *queer*, a separação de sexo e de gênero, ou de sexo biológico e de produção social de identidades femininas e masculinas, é um elemento chave do feminismo [...] vem daí a tendência de privilegiar a análise de relações heterossexuais que teóricas lésbicas têm criticado dentro do feminismo. (LIVIA; HALL, 2010, p. 113).

Embora a recepção do texto tenha sido positiva, quase ninguém mostrou conhecimento

sobre a distinção existente entre as categorias de gênero e sexualidade, sugerida no texto. Algumas/ns alunas/os, que já atuam como professoras/es, compartilharam a dificuldade em lidar com tais questões, uma vez que a Universidade, em muitos casos, não oferece apoio para isso. Livia e Hall (2010) sinalizam a importância de se levar em conta as interseccionalidades dentro do feminismo, visto que o modelo universal de mulher, até então privilegiado, representava apenas parte da complexidade da categoria. Assim, elas apresentam a crítica butleriana às políticas de identidade, preconizadas pelo movimento feminista mais tradicional, a qual, apesar de levantada há mais de vinte anos, ainda mostra-se fundamental nos estudos de gênero do cenário brasileiro, o que pôde ser confirmado a partir da falta de familiaridade das/os alunas/os (da turma em que estagiei) para com tais questões.

A discussão do texto instigou a reflexão sobre enunciados performativos, que já eram conhecidos pelas/os estudantes, tendo em vista as noções teóricas apresentadas nas aulas anteriores. Todavia, a partir do texto, tentei problematizar o fato de enunciados adquirem potencialidade sobre os corpos dos sujeitos. É o caso da elocução “É uma menina!” que, proferida por uma parteira no momento de nascimento de uma criança, atua como interpretação cultural (e normatizadora) de um corpo sexuado, haja vista que "as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas" (BUTLER, 1998, p. 24). Isso significa que o ato de fala performativo recupera a força de autoridade de enunciações proferidas anteriormente, e, nesse caso, incide discursivamente sobre o corpo da criança, evocando normas que constroem papéis sociais culturalmente instituídos como femininos.

Percebi que houve bastante dificuldade de engajamento no debate sobre as relações de gênero com a performatividade. A teoria *queer* era praticamente desconhecida pela turma, o que dificultou a compreensão não binária das identidades de gênero e sua relação conflituosa com o movimento feminista de cunho mais conservador. Por isso, no meu entendimento, urge introduzir essas discussões no âmbito educacional, mais especificamente no que diz respeito à formação inicial de futuras/os professoras/es, cujas performances linguísticas, muitas vezes, estão atravessadas por repetições essencialistas sobre gênero e sexualidade.

Nesse sentido, conforme sinaliza Urzêda-Freitas:

[...] o conceito de linguagem como performance mostra-se relevante por nos possibilitar compreender as experiências de formação como encenações e, por assim dizer, como espaços de repetições, apropriações e rupturas. Isso significa que todo curso de formação inicial constitui-se, essencialmente, de performances linguísticas que repetem sentidos anteriores sobre questões diversas, os quais, ao serem repetidos de forma inexata, criam novos sentidos sobre as mesmas questões. (URZÊDA-FREITAS, 2018, p. 41).

Dessa forma, em muitos casos, é comum que as/os professoras/es prefiram o silêncio à problematização, haja vista que não se sentem aptos para discutir gênero e sexualidade em sala de aula, justamente por não terem propriedade teórica sobre o assunto. Por essa razão, penso que tais discussões, a exemplo do que foi feito durante o debate do estágio, precisam ser incitadas ainda durante o período de graduação, na tentativa de ressaltar e legitimar as diferenças, ao invés de silenciá-las ou apagá-las.

Logo, o campo inter/transdisciplinar da LAC, que tenta criar “inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2016a, p. 14), pode ser articulado ao caráter performativo da linguagem, que reverbera na formação das identidades sexuais e de gênero dos indivíduos. Sendo assim, fica patente que compreender o caráter performativo da linguagem é fundamental para que haja práxis social em sala de aula, uma vez que concebemos o cerne da proposta de Austin, em que o *dizer* está intrinsecamente ligado ao *fazer*.

Considerações finais

Durante o processo de aprendizagem de uma língua, aprendemos junto com ela aspectos identitários, culturais, sociais e ideológicos (DUBOC, 2014). Ocorre, pois, que ensinar uma língua, ou, no caso a língua materna, é instigar habilidades que permitam que a/o aluna/o faça uso de uma linguagem adequada às diferentes circunstâncias do cotidiano, o que envolve fatores de ordem social e não apenas linguísticas, já que as/os professoras/os são, também, formadoras/es de opinião e, por isso, precisam estar aptas/os para lidar com situações novas que exigem julgamento contextual (PESSOA; HOELZLE, 2017).

Assim, a construção da identidade docente não deve ser entendida como “algo pronto ou adquirido, mas algo processual e diariamente construído” (OLIVEIRA, 2017, p. 25), o que

pode ser associado à concepção de sujeito pós-moderno, híbrido e descentrado, sugerido por Hall (2015), o qual negocia suas identidades a partir das múltiplas interações que estabelece em sociedade. Nessa perspectiva, a construção de uma consciência crítica, que respeite as diferenças por meio de um olhar mais sensível e integrador, deve ser instigada desde a formação inicial de professores, a partir da desconstrução de práticas discursivas hegemônicas, que, muitas vezes, perpetuam e reiteram normas de gênero e de sexualidade. O campo da linguística a partir de uma perspectiva *queer*, embora não possua uma tradição recorrente de estudos no cenário brasileiro, mostra-se relevante para problematização de discursos pautados na heteronormatividade:

[O] campo é ainda jovem no Brasil, mas promete se desenvolver com mais e mais pesquisadores/as interessadas em investigar as relações entre linguagem e sexualidade, com vistas a fazer uma crítica sociocultural e sociolinguística às práticas excludentes da heteronormatividade. (BORBA, 2015, p. 93).

Tendo em vista a incipiência do tema, no que tange o cenário brasileiro, acredito que devemos refletir sobre o que argumenta a feminista Ribeiro (2017, p.24) quando esta escreve que “pensar a partir de novas premissas é necessário para desestabilizar [antigas] verdades”. Nesse sentido, é preciso estranhar a lógica das epistemologias modernas hegemônicas, imbricadas na formação do profissional de Letras, de modo a questionar o fato de o pensamento moderno prestigiar alguns conhecimentos em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pósmodernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p.11-42, 1998.
- DUBOC, A. P. Letramento crítico nas brechas da sala de línguas estrangeiras. In: TAKAKI, N. H.; MACIEL, R. F. (Org). *Letramentos em terra*

de Paulo Freire. São Paulo: Pontes, 2014.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de "desaprendizagem": redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FREITAS, L. F. R.; MOITA LOPES, L. P. Sobre feminismo, sobre racismo, sobre tudo: desequilíbrios narrativos em performances heterossexuais de um aluno migrante branco. *Calidoscópio*, vol. 15, n. 2, p. 305-316, 2017.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LIVIA, A.; HALL, K. "É uma menina!": a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A.; FONTANA, B. (Org.) *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016a.

_____. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016b.

MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

OLIVEIRA, H. F. *Esculpindo a profissão docente*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2017.

PENNYCOOK, A. *Critical applied linguistics: a critical introduction*. Londres: Routledge, 2001.

_____. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

PESSOA, R. R.; HOELZLE, M. J. Ensino de línguas como palco de política linguística: mobilização de repertórios sobre gênero. *Trab. Ling. apl.* Campinas, vol. 56, n. 3, p. 781-800, 2017.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

URZÊDA-FREITAS, M. T. *Letramentos queer na formação de professorxs de línguas: complicando e subvertendo identidades no fazer docente*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.